

O labirinto do analfabetismo

» CRISTOVAM BUARQUE
Professor emérito da UnB

Em 2003, no primeiro ano do governo Lula, o Ministério da Educação construiu um labirinto para mostrar as dificuldades no dia a dia de uma pessoa que não sabe ler. Dentro de uma grande caixa, o labirinto armado em diferentes locais permitia ao visitante seguir o percurso de uma pessoa analfabeta em busca de um endereço onde havia possibilidade de emprego. Ao ver a placa onde a palavra “entrada” onde estava escrita com letras misturadas, “ntearad”, o visitante tinha seu primeiro choque de incompreensão que sente o analfabeta diante de texto escrito e do fato de que reunir letras só forma palavra para alfabetizados. Alguns diziam ter passado por isso durante dias no estrangeiro e imaginava como seria viver permanentemente assim.

A partir da entrada, grupos de visitantes eram reunidos na primeira sala, escura, onde um altofalante dizia: “Você está em busca de chegar a um endereço onde há empregos disponíveis. Escolha o ônibus que sirva para seu destino.” A voz silenciava e uma luz mostrava na parede em frente o fluxo de ônibus chegando, com letras misturadas indicando o rumo para onde seguiam.

Depois da perplexidade, o grupo caminhava à sala seguinte, onde a voz dizia: “Parabéns, você teve coragem para perguntar qual era o ônibus ao destino que busca, e sorte para encontrar pessoa gentil que lhe indicou o veículo certo. Agora que você chegou aonde desejava, basta encontrar a rua”. Nesse momento, a luz focava as placas com os respectivos nomes, todos com letras e símbolos misturados. A voz insistia: “Se você sabe o nome da rua para onde quer ir, basta ler o nome escrito. Se não lembra, basta ler o papel onde sua amiga escreveu o endereço”. A luz iluminava um pedaço de caderno com palavras escritas em símbolos misturados. Era possível sentir a tensão dos visitantes. Muitos percebiam que soltar não é libertar, o livre precisa do direito de se locomover e também de ler o mapa para onde quer ir.

Na sala seguinte, a voz dizia: “Imagino o quanto você está cansado. Descanse um pouco. Se tem dor de cabeça, leia “farmácia” e peça um remédio. A luz ilumina a caixa e a bula de um remédio escritas em símbolos. O visitante imagina a sensação de tomar uma droga sem saber se é aquela de que precisa.

Na outra sala, a voz dizia: “Parabéns pela persistência e esforço, você chegou. O emprego o espera. Basta ler um pequeno trecho em que vão testar seu conhecimento”. A luz mostra



um texto simples com letras misturadas. Percebe-se que a viagem foi improdutiva, ali não há emprego para quem não sabe ler. Entra-se na última sala, onde a voz diz: “Não desista. Você é brasileiro, deixe seu depoimento sobre como foi o seu dia”. Em frente, uma imensa impressão digital na parede. Ao lado, bandeiras do Brasil na qual o lema “ordem e progresso” está escrito com letras misturadas ou em idioma estrangeiro. Porque, diferentemente de quase todas as outras no mundo, nossa bandeira foi criada em 1889, com o lema “Ordem e Progresso” escrito, mesmo sabendo-se que 90% dos brasileiros adultos de então eram analfabetos. Hoje, 134 anos depois, essa proporção caiu, mas o número absoluto cresceu para 10 milhões a 12 milhões, que ainda hoje pensam estar diante da nossa bandeira, mesmo que o lema esteja “rj#? ???Zqwl?k”, ou “order and progress”, ou “educação é progresso”.

A porta abria e o visitante era tomado por sentimentos de raiva e vergonha, alguns com os olhos lacrimejando. A sensação é de imoralidade social: percebe-se que o analfabeto é torturado

durante todo o tempo em que está acordado. O analfabetismo é como um chicote incansável maltratando o cérebro de quem não sabe ler. Por isso, a erradicação do analfabetismo de adultos é uma questão de direitos humanos.

Mas, historicamente, salvo raros esforços isolados, o Ministério da Educação tem se dedicado muito mais ao ensino superior, deixando para cada município o papel de promotor do fundamental direito humano à alfabetização: ao ensino superior recursos e esforços nacionais, à alfabetização recursos e esforços locais. Tanto que o labirinto do analfabetismo só durou o primeiro ano da gestão do presidente Lula.

É como se a Abolição da Escravatura tivesse sido deixada sob a vontade, a responsabilidade e os recursos dos municípios, esperando por 5.570 Leis Áureas, quando cada prefeito desejasse. Felizmente, não se fez assim com a escravidão, nem com a tortura, mas é feito com o analfabetismo. Essa espécie de tortura-simultânea-à-escravidão, em pleno século 21, afeta milhões de brasileiros e compromete o Brasil inteiro em seu labirinto.

Equacionar a Previdência para ancorar o lado fiscal

» RAUL VELLOSO
Economista

Enquanto os lamentáveis incidentes do último domingo se propagavam na Esplanada dos Ministérios, fiquei refletindo sobre os problemas urgentes que, esses também, o novo governo precisa atacar com muita força e determinação para colocar o país nos trilhos. Nesse contexto, e ao contrário do que muitos imaginam (inclusive autoridades da área), penso que o elevado déficit previdenciário de todos os entes públicos, vistos em conjunto, é o problema econômico central do país, a cuja solução, ainda que demorada, os governos que se iniciam, incluindo a grande maioria dos municípios, devem se dedicar prioritariamente.

Sem isso, não haverá espaço orçamentário adicional capaz de ampliar os supernecessários investimentos públicos em infraestrutura, para o país recuperar as elevadas taxas de crescimento do PIB do passado. Tais investimentos caíram nada menos do que 9 vezes, quando medidos em % do PIB, dos anos 80 para cá, saindo de algo ao redor de 5,1% para 0,6%. A correlação entre investir em infraestrutura, de um lado, e fazer o PIB crescer e melhorar a distribuição de renda, do outro, é altíssima, como se pode ver nos gráficos relacionados com o tema, que colocarei no sítio do fórum que dirijo, da Internet (buscar em “fórum nacional – INAE”, no YouTube, no último evento realizado).

Dois outros motivos para justificar a prioridade máxima do esforço de equacionamento previdenciário são, primeiro, o simples fato de a última reforma da Previdência ter estabelecido a obrigação de fazê-lo (par.1º, do art. 9º, da EC 103/19), algo que está praticamente concluído no meu Piauí, graças ao empenho de seu último governador, Wellington Dias, atual ministro do Desenvolvimento Social. Segundo, porque estou convicto de que a execução dessa importante tarefa se confunde com a da fixação da tão ansiada âncora fiscal que deverá substituir o falecido teto de gastos, algo que virou um compromisso assumido pelo novo governo diante da onda de pessimismo que se estabeleceu no seio dos mercados financeiros, em relação à sua real capacidade de administrar bem as próprias finanças. Lula deveria aproveitar a reunião sobre o terrorismo, de domingo, que acaba de ser marcada com os governadores, para tratar disso com eles, tendo o ministro Dias a tiracolo.

Registre-se que a grande dificuldade para a gestão macroeconômica se apoiar apenas em uma regra simples e genérica como a do teto de gastos (no caso mais recente, via um simples limite de taxa de crescimento anual igual à inflação para o total das citadas despesas) se deve ao elevadíssimo peso dos chamados gastos obrigatórios em nossas pautas, itens esses extremamente rígidos à queda. Dado o limite imposto ao crescimento total, a alta rigidez dos gastos obrigatórios acaba empurrando os eventuais ajustes somente para o ambiente dos gastos discricionários, cada dia com menor peso no total (hoje ao redor de 5%), onde o item cujo encolhimento se destaca é precisamente o relativo aos investimentos em infraestrutura.

O fato é que mesmo os analistas da área não parecem ter percebido o forte crescimento de dois itens da pauta de gastos federais, exatamente Previdência e assistência social, desde 1987, ano-véspera da promulgação da atual Constituição.

Aliás, o peso do valor consolidado apenas desses dois itens pulou de 28,3 para 68,2% do total, implicando um crescimento de cerca de 170% na sua participação conjunta no total, em 1987-2021, enquanto os demais itens, que podemos chamar de residuais, caíram de 71,7% para 31,8% do total. E como assistência social é a óbvia prioridade do novo governo, algo que acabará levando a um aumento do peso desse item em breve, o foco do esforço de contenção das despesas deve se dirigir exatamente para o item Previdência, já que os demais atingem níveis atipicamente baixos, cabendo ainda destacar que, em contraste, o peso do item investimento no total gasto pela União se reduziu de 16% para 2,2%, entre 1987 e 2021, algo dificilmente sustentável ainda que apenas por algum tempo, sob pena de a taxa de crescimento do PIB potencial desabar fortemente.

Nessa discussão, cabe examinar o que tem ocorrido com o conjunto de todos os regimes previdenciários não só da União, mas também de todos os demais entes estaduais e municipais, em uma fase mais recente, envolvendo períodos subentendidos entre 2006 e 2021, por meio das seguintes taxas de crescimento médio real dos seguintes componentes desse mesmo item. em contraste com o crescimento médio real do PIB de apenas 1,6% em 2006-21. Em ordem crescente, a taxa análoga relativa ao regime previdenciário próprio dos servidores da União foi de 3,1% a.a. nesse mesmo período; de 5,1% em 2006-20 para o RGPS ou regime do INSS; de 5,9% a.a. em 2006-18 para os regimes próprios estaduais; e 12,5% a.a. em 2011-18, para o agregado dos regimes próprios municipais, algo chocante.

Finalmente, cabe esclarecer que os investimentos privados em infraestrutura têm oscilado em torno de 1,1% do PIB desde os anos 80, deixando pouca esperança de que eles tenham um papel mais relevante no curto prazo.

Um propósito liberal-social

» SERGIO COURI
Embaixador, economista, advogado e escritor

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva, reconduzido ao Planalto por ampla frente eleitoral, estará procurando consolidá-la como um arco de alianças em sustentação de sua governabilidade. Ao mesmo tempo, sabe que terá de esgrimir-se com aguerrida frente de oposição.

Nessa moldura, releva que o Brasil de 2023 não é o mesmo de 2003, que herdara uma estabilidade política sacralizada pela Constituição de 1988, e uma relativa estabilidade econômica acalentada pelo Plano Real, bafejado ainda pelo boom das commodities nos primeiros anos do século, até 2008. É um Brasil pós-2008, quando ocorre forte recessão internacional, que repica em 2011, outra vez em 2015/6, e novamente em 2020, quando o país é atravessado pela pandemia do covid-19. O Brasil de hoje é um país ilíquido, que já sentiu o gosto de canibalizar o próprio orçamento de gestão.

Por seu lado, existem compromissos sem soluções e compromissos com soluções. Os primeiros são fisiologia e correm o risco de soçobrar à primeira tempestade. Adiam problemas. Os segundos são governança, na medida em que trabalham problemas. Sua resiliência se fortalece no êxito colimado.

Mas esses segundos dependem de um modelo de gestão, sobretudo econômica, pois, no caso brasileiro, os problemas mais graves, como fome, miséria e desemprego, intensamente

reverberados nos discursos de posse do presidente Lula, passam pela solução de questões econômicas.

Modelo que privilegie a eficiência, a competitividade e a modernização, imprimindo ao sistema desenvolvimento e, ao mesmo tempo, promova integração dentro das relações laborais, de produção e sociais. Que estimule de modo sincronizado metas econômicas e sociais, apoie a iniciativa e a criatividade, dê segurança ao trabalho e saiba ser eclético no manejo de postulados e instrumentos econômicos ditos ortodoxos e heterodoxos, como supply-side e demand-side, evitando as falsas dicotomias. Que lide com os conflitos sociais sem arvorar-se em síndico.

Que leve em conta que só se redistribui continuamente uma renda que não se gera ao risco de crescente instabilidade política e que também não se gera renda quando a atividade econômica é asfixiada pela própria e inerente concentração de renda.

Um modelo, portanto, liberal-social, que propicie a liberdade possível com a igualdade possível. E que, posto a funcionar, permita que as mudanças e ajustes fluam gradativamente das interações realimentadoras entre as unidades funcionais, como nos sistemas cibernéticos, o que os tornará mais facilmente assimiláveis pelo conjunto da sociedade e possibilitará, por sua vez, que política e gestão pública se despenhem de modo mais congruente e que os respectivos

atores interatuem de modo estruturante, em um marco regulatório apropriado.

A política e a história — esta se vista do ângulo dos episódios isolados — espantando a lógica, colocaram o liberalismo e o socialismo em campos opostos e antagonísticos, para o que contribuiu o fato de ambas as ordens de ideias haverem sido instrumentos de ascensão de grupos sociais antagonísticos e opostos.

Entretanto, o mesmo não ocorreu, nem ocorrerá, liberdade e igualdade, valores mais amplos e intemporais, que podem ser postos em sinergia pela política pública. Afinal, precisa-se de liberdade para promover a igualdade, e de igualdade para sustentar a liberdade. Sobre essa perspectiva, debruçaram-se, desde meados do século 19, pensadores de Stuart Mill a Ralf Dahrendorf, ainda que com um vácuo de operacionalização, a qual cairia como uma luva no Brasil de hoje, carente de novos rumos e portanto de novos modelos.

Os modelos soem ser límpidos enquanto virtuais e sofrem o risco de manchar-se no terreno dos fatos. Mas isso não significa que não se devam tentar, havendo plausibilidade. Até porque nada é mais forte que uma ideia cujo tempo terá chegado.

A sociedade brasileira, em sua dimensão mais ampla, não está ávida por liberalismo ou socialismo, nem por um quarto turno, mas por progresso e paz com liberdade e justiça social.